

A VISÃO DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A CRISE DO EMPREGO RURAL NA ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA

*Emília Moreira*¹
*Ivan Targino*¹
*João Pereira da Penha*²
*Martha Priscila Bezerra Pereira*²

RESUMO

A partir da segunda metade dos anos de 1980, em consequência da crise do endividamento externo e de seus rebatimentos sobre a política agrícola governamental e sobre o Proálcool em particular, a economia canavieira regride, enfrentando uma grave crise de acumulação. Este artigo pretende apresentar e discutir a visão dos diferentes atores sociais a respeito dos impactos da crise do Proálcool sobre o emprego rural na zona canavieira do Estado da Paraíba durante o período de 1985/96. Para a realização desse trabalho foram utilizados dados estatísticos fornecidos pelos censos agropecuários de 1985 e de 1995/96, informações colhidas junto a sindicatos de trabalhadores rurais e ao INCRA, bem como foram realizadas entrevistas com empresários, sindicalistas e trabalhadores, no intuito de registrar as diferentes visões sobre a crise do setor sucro-alcóoleiro paraibano e as perspectivas sobre o emprego da mão-de-obra.

Palavras-chave: atores sociais, Proálcool, emprego rural.

ABSTRACT

Since the second half of the 80's, because of the crisis of foreign indebtedness and its reflections on the agriculture policy of the state government and on Proalcohol (National Alcohol Program) in particular, the sugarcane economy is restrained, facing a severe accumulation crisis. This article intends to present and discuss the view of different social actors, concerning the impact of Proalcohol's crisis on the rural employment in the sugarcane zone in the State of Paraíba during the period of 1985/96. To do this work, it was used statistics data from farming and cattle raising census of 1985 and of 1995/96, information collected from rural workers union and INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform), and also businessmen, union officers and workers were interviewed, in order to try to record the different views on the crisis of sugar-alcohol sector in the state of Paraíba and the perspectives on the employment of the manpower.

Key-words: social actors, Proálcool/Brazil. Sugar cane worker, Nordeste Region of Brasil.

1. Professores dos Departamentos de Geociências e de Economia da UFPB.

2. Bolsistas do PIBIC/UFPB.

1. INTRODUÇÃO

Com a criação e implementação do Proalcool em 1975, a lavoura canavieira paraibana experimentou forte expansão, como de resto em todo o país. Durante a fase áurea do Programa, ocorreram mudanças significativas na organização do espaço agrário da zona canavieira, em particular sobre as relações de trabalho e sobre o nível do emprego. A desagregação do sistema de morada que já vinha em andamento é acentuada com a expulsão/expropriação dos antigos moradores e sua transformação em trabalhadores assalariados temporários, residentes nas periferias das cidades da região. Embora tenha havido destruição de emprego rural nas áreas onde houve substituição de culturas, a forte expansão da cana em áreas de cobertura florestal resultou em um efeito líquido positivo sobre a criação do emprego de mão-de-obra. (TARGINO; MOREIRA, 1992)

A partir da segunda metade dos anos 80, em consequência da crise do endividamento externo e de seus rebatimentos sobre a política agrícola governamental de um modo geral e sobre o Proalcool em particular, a economia canavieira vai entrar em regressão, enfrentando grave crise de acumulação. Esse artigo pretende apresentar e discutir a visão dos diferentes atores sociais a respeito dos impactos da crise do Proalcool sobre o emprego rural na zona canavieira do Estado da Paraíba durante o período de 1985/96. Para analisar a visão dos atores sociais sobre o processo, será feita uma rápida contextualização da situação socioeconômica do setor de atividade, durante o período em foco.

Para a realização desse trabalho, foram utilizados dados estatísticos fornecidos pelos censos agropecuários de 1985 e de 1995/96, informações colhidas em sindicatos de trabalhadores rurais e no Incra, bem como foram realizadas entrevistas com empresários, sindicalistas e trabalhadores, no intuito de registrar as diferentes visões sobre a crise do setor sucro-alcooleiro paraibano e as perspectivas sobre o emprego da mão-de-obra. A análise aqui realizada está fundada no conjunto dessas informações quantitativas e qualitativas, compreendendo os seguintes momentos: a) um quadro geral da crise; b) a visão dos empresários; c) a visão dos trabalhadores; d) a democratização da propriedade fundiária; e e) algumas considerações finais.

1 - UM QUADRO GERAL DA CRISE DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO PARAIBANO

A modernização recente do setor canavieiro paraibano teve lugar entre 1975 e 1985, viabilizada pela política governamental de incentivos fiscais e creditícios, consubstanciada no Proalcool. Com efeito, “os incentivos do Proalcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto à agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da Sudene/Sudam e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia os financiamentos de investimento para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressocas. O programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105-106).

Durante a fase áurea do Proalcool, ocorreram alterações significativas na organização do espaço agrário da zona canavieira paraibana. Entre essas mudanças podem ser destacadas:

a) ampliação da fronteira da zona canavieira estadual tanto de forma intensiva quanto extensiva. Por expansão intensiva, entende-se a expansão da cana no interior das propriedades tradicionalmente produtoras de cana, pela incorporação dos sítios dos antigos moradores. Por expansão extensiva, entende-se o crescimento do plantio da cana nas áreas dos tabuleiros litorâneos e em municípios do Agreste sem qualquer tradição no cultivo da cana-de-açúcar. Dessa dinâmica, resultou a substituição da vegetação nativa e de culturas alimentares e de matérias-primas pela cana;

b) modernização da base técnica da produção agrícola, com a incorporação de novas máquinas e do aumento do número das já existentes, a intensificação do uso de fertilizantes e agrotóxicos, adoção de novos tipos de cana e de novos procedimentos de tratamento das mudas. Essas mudanças resultaram no aumento da produtividade por área cultivada com cana;

c) a ampliação do parque industrial alcooleiro, com a criação/restauração de destilarias de álcool anexas às antigas Usinas de Açúcar e a criação de destilarias autônomas, ampliando a capacidade produtiva do parque sucro-alcooleiro;

d) essas modificações na organização da produção impactaram sobre a dinâmica do emprego à medida em que ensejaram a expulsão/expropriação maciça de moradores e pequenos arrendatários e promoveram o avanço das relações de trabalho tipicamente capitalistas, sobretudo do trabalho assalariado temporário. Com efeito, entre 1975 e 1985 o número de trabalhadores assalariados temporários na zona canavieira praticamente dobrou, passando de 13,8 mil para 26,8 mil trabalhadores. Em contrapartida, o contingente de arrendatários/foreiros reduziu-se em 42,8% no mesmo período. Observa-se, igualmente, um declínio expressivo no número de parceiros subordinados (-43,7%); e de moradores e agregados (-82%).

e) O conjunto dessas alterações rebate sobre a distribuição espacial da população entre as zonas rural e urbana. Entre 1970 e 1980, houve redução da população rural das principais microrregiões canavieiras, registrando-se taxas negativas de crescimento (Litoral Norte, -0,51%; Litoral Sul, -0,40%; Sapé, -1,93%; Brejo Paraibano, -1,68%). Algumas pesquisas realizadas apontam que parte da população expulsa do campo passou a residir nas periferias das cidades da região, permanecendo porém vinculada à atividade agrícola como mão-de-obra assalariada da cana (SEDUP, 1985; GESTAR, 1985).

Na década de 80, observa-se lenta mas sistemática desestruturação do Proalcool. Para tanto, contribuíram, de um lado, a atenuação da crise energética que tinha sido o fator determinante para a concepção e implementação do Programa, seja pelo aumento da produção interna de petróleo, seja pela redução do poder da Opep e, de outro lado, os acordos do Brasil com o FMI, no bojo da crise externa brasileira, que impunham uma revisão das políticas de subsídios do governo brasileiro, assim como a crise financeira do estado brasileiro que o levaria a rever de forma vigorosa seus gastos. Em consequência desse conjunto de fatores, o Proalcool vai ser progressivamente desestruturado, levando à instalação de uma crise de acumulação no setor canavieiro paraibano que se arrasta até os dias atuais. A situação de crise manifesta-se pela:

a) retração da área dedicada ao plantio da cana-de-açúcar. Entre 1985 e 1995/96, a área colhida sofreu redução de aproximadamente 50 mil hectares. A quantidade de cana produzida que era de 6,1 milhões de toneladas em 1986, declinou para 4,7 milhões em 1987 e para 3,5 milhões de toneladas em 1995. Vários municípios

que tinham sido incorporados à zona canavieira na fase de expansão, deixaram de cultivar a cultura, a exemplo de Gurinhém e Itabaiana (MOREIRA et al., 1997);

b) diminuição da produção de açúcar. Entre 1986 e 1995 verifica-se um declínio gradativo na produção de açúcar do Estado. Até 1990, essa produção girava em torno de 2 a 2,7 milhões de sacos de 50 kg ao ano. Entre 1990 e 1995, a produção anual oscila entre 800mil e 1,7milhão de sacos (MOREIRA et al., 1997); verifica-se igualmente uma redução do período de safra de 7 meses para algo em torno de 4 a 5 meses, em virtude da diminuição da produção de cana, afetando vigorosamente a oferta de emprego na atividade de colheita da cana-de-açúcar bem como na atividade industrial;

c) desagregação do parque industrial sucro-alcooleiro do Estado. Das sete usinas existentes em 1985³, apenas a Usina Monte Alegre⁴ continua a funcionar normalmente e as usinas São João e Tanques⁵ continuam moendo mas bem abaixo de sua capacidade. As outras quatro faliram,⁵ e, inclusive, as instalações estão completamente sucateadas. O sub-setor alcooleiro era formado por quatro destilarias anexas e nove destilarias autônomas. Das destilarias anexas, apenas a São João continua funcionando alguns meses durante as safras. As pequenas destilarias autônomas, como Borborema (no município de Pirpirituba, no Brejo Paraibano), Una (em Sapé, no Litoral) e Xuá (em Jacaraú, também no Litoral), paralisaram suas atividades. Apenas as destilarias autônomas de maior porte (Agican, Jacuípe, Japungu, Giasa e Tabu) operaram normalmente na última safra. Vale lembrar que essas destilarias pertencem a grupos econômicos com base em outros Estados (predominantemente de Pernambuco), o que significa que a crise extinguiu as tradicionais oligarquias ligadas à cana-de-açúcar, e que durante longo tempo controlaram os cenários econômico, político e social da zona canavieira do Estado.

d) diminuição do nível do emprego gerado pelo setor. De acordo com a avaliação da Associação de Plantadores de Cana do Estado da Paraíba (Asplan) teria havido retração do emprego de aproximadamente 26 mil vagas entre 1989 e 1995, equivalente a uma redução no volume do emprego da ordem de 41,3% (MOREIRA

3. Usinas Santa Helena (em Sapé), Santa Maria (em Areia), Tanques (em Alagoa Grande), Santana, Santa Rita e São João (em Santa Rita), e a Monte Alegre (em Mamanguape).

4. A usina Monte Alegre, no entanto, foi vendida pela família Fernandes de Lima ao grupo Soares de Oliveira.

5. A usina Santa Rita, em 1992, deixou de produzir açúcar; a Santa Helena e a Santa Maria, em 1993 e a Santana, em 1995.

et al., 1997). Essa situação vai ter reflexos tanto na zona rural quanto na zona urbana. Na zona rural, ela agrava as condições de vida da população pois o engajamento no cultivo da cana, particularmente, representa a principal fonte de renda para a maioria dos trabalhadores. O quadro repete-se nas áreas urbanas, pois quando eclode a crise do Proalcool, parte significativa da população expulsa da área rural residia nos núcleos urbanos da Zona Canavieira do Estado, como já mencionado. Por conseguinte, a crise do Proalcool afetará de modo direto o emprego da população que já estava vivendo nas periferias urbanas, agudizando o problema da pobreza nas pequenas e médias cidades da região canavieira.

2 - VISÃO DA CRISE SEGUNDO OS PRINCIPAIS ATORES

Após delineado o quadro da crise do setor com base em informações estatísticas e em conhecimentos adquiridos em trabalhos e em visitas de campo, buscou-se apreender o entendimento que os principais atores sociais têm da situação. Para tanto foram realizadas entrevistas com representantes da classe patronal e da classe trabalhadora. Os aspectos considerados principais dessas percepções estão apresentados a seguir, mediante depoimentos prestados.

2.1 - Visão da crise segundo o patronato

Para a classe empresarial, são graves os impactos da crise sobre o emprego no setor canavieiro, uma vez que, na época áurea do Proalcool, este setor gerava em torno de 70 a 80 mil empregos diretos. Atualmente, esse número reduziu-se entre 30 e 40 mil no período de safra o que significa retração em torno de 40% a 50%. Os depoimentos dos entrevistados, apresentados e comentados, são enfáticos nesse sentido.

Segundo Antônio Celso, presidente da Asplan/PB, em 1997, os impactos do Proalcool sobre o emprego foram positivos e negativos:

“(...) o positivo foi que com o Proalcool, na dinâmica do Proalcool aqui na Paraíba, foi incorporado esse tabuleiro costeiro que antes era relevado, não tinha nenhuma atividade econômica, só existia mangaba, essa fruticultura natural, um extrativismo da mangaba. Hoje foram incorporadas todas essas áreas na economia, resgatou-se isso que estava parado, pois só se tinha cana na Paraíba,

na Várzea do Paraíba e no Brejo Canavieiro, em Alagoa Grande, Alagoinha, Areia e aquelas regiões circunvizinhas. Então, o advento do Proalcool na Paraíba, eu acho que nesses últimos 50 anos depois da industrialização, foi o fato mais importante que veio para o desenvolvimento do nosso Estado. Novas empresas foram instaladas, novos empregos foram conquistados, isso foram os impactos positivos. Os impactos negativos, é que o setor foi estruturado, investido dinheiro e depois abandonado à própria sorte, na hora em que ele precisava ter garantias fundamentais...”

Para Eduardo Ribeiro Coutinho, do Sindaçucar/PB (presidente) e do Sindalcool-PB (vice-presidente):

“o impacto da crise é grande, um impacto expressivo sobre a questão do emprego. Hoje tem uma capacidade ociosa muito grande nas indústrias instaladas que se soma àquelas indústrias que foram paralisadas, que tiveram as suas atividades encerradas. Se essas indústrias tivessem funcionando a plena capacidade, se as outras indústrias tivessem funcionando, nós teríamos praticamente o dobro de pessoas empregadas em relação ao que existe hoje”

Vista pelo lado dos agenciadores de trabalhadores da cana, a crise do Proalcool acha-se diretamente relacionada a um forte desemprego cujas repercussões se fazem sentir sobre as suas atividades.

“O número de pessoas contratadas por cada agenciador diminuiu, diminuiu quase prá zero. (...) Há 20 anos passado, há 30, nós chegava numa cidade assim, prá nós arranjar 100 homem ou cento e poucos homem prá trabalhar era logo, num se gastava uma hora não. Eu digo não se gastava, só bastava o conhecimento e a notícia correr. Agora pra nós arranjar 100 homem pra trabalhar se bate 3, 4 cidade, arranja 30 como em Sapé, vai arrumar 20 como em Mari. (...) Até o número de agenciador diminuiu, diminuiu foi tudo. (...) nós trabalhava, ganhava o normal, as vez nós trabalhava uma semana, ganhava o dinheiro de uma feira, o valor calculadamente de uma feira ou duas, ou mesmo três por semana, se ganhava. Agora, as vez nós vamos trabalhar com um grupo de gente, num ganha dinheiro de uma, prá fazer a feira no final de semana. Depois que trabalhou tem que ter um colega ou dois prá interar, ou então comprar fiado numa mercearia. O cara diz: rapaz, essa semana foi ruim demais, trabalhei com tantas pessoas mais só tu vendo! Naquele tempo num existia isso, se ganhava dinheiro de uma feira, mesmo duas, até três numa se-

mana, quer dizer, todo mundo era folgado, podia guardar um dinheiro. Tinha trabalhador que sempre meio folgado, recebia o dinheiro dele, ganhava o dinheiro bem, e ia dá uma voltinha pela rua, porque tinha guardado. Houve até trabalhador de eu mais de uma vez comprar até roupa pra ele. Agora o agenciador não pode comprar roupa nem prá ele não, por que não tá ganhando nada. (...) De dez ano pra cá, o emprego nas destilaria diminuiu., O problema é a safra só de 120 dias. (...) antigamente o trabalho segurava; na moagem aumentava mais um pouco; quando a moagem terminava, diminuía, mas ficava um grupo seguro, agora as usina, as destilaria, termina a moagem, terminando a moagem, num quer ninguém. Naquelas época não tinha nada disso, eles segurava, mantinha aquele pessoal. Até na época da moagem é menor, porque nós vê o dobro de desemprego. É maior em dobro de que o de emprego. Aí já é uma prova que já tá aí. De primeiro nós não via o mesmo tanto de desempregado, nós não avistava tantos desempregado como avista agora, quer dizer que o desemprego tá na frente” (depoimento do Sr. José Valentim, empreiteiro de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

A crise do Proalcool e do emprego afetou até mesmo a economia municipal como pode ser visto no exemplo dado relativo à dinâmica da feira no município de Sapé.

“(...) a feira de Sapé, do município da gente, no tempo que a Santa Helena moía, funcionava, tudo bem. O Sr. chegava na feira de Sapé, era feirão! (...) Aí era paitão de feira, ainda hoje é do mesmo tamanho, mais o Sr. prá andar, tinha canto que o Sr. passava de bandinha e tinha canto que o Sr. ali nem de banda passava, tinha que voltar, fazer um arroteio lá por fora. Agora, a feira de lá é sábado, a feira de Sapé é no sábado. Vá agora prá ver a diferença. Se for possível o Sr. joga até uma bolinha lá. (...) agora chega dia de domingo quando é oito hora oito e pouco ela acaba” (depoimento do Sr. José Valentim, empreiteiro de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

Além da crise, os agenciadores culpam também as mudanças tecnológicas introduzidas no processo produtivo agrícola como responsáveis pelo desemprego na região.

“(...) esses patrão aqui, dessa região aqui, eles trabalham mais com máquina. Quando chega numa época de dar uma limpa na cana, depois, aí vem a aguação de herbicida, pronto, com 15, 20, 25 homem, no máximo 25 homem, o

serviço que 25 homem na herbicida fizer numa semana, 200 num faz, numa semana num faz. Aí os patrão querem mais é aplicar herbicida, que a dispesa, o custo é lá embaixo e o serviço aumenta. (...) Para os patrões a máquina, esse veneno, essa herbicida que eles aplica é muito melhor. Porque o gasto é menos e o serviço aumenta” (depoimento do Sr. Severino José dos Santos, agenciador de canavieiro do município de Mamanguape).

Outros aspectos relativos ao desemprego na atividade canavieira foram abordados pelos agenciadores, como: a questão do emprego infantil e feminino; a seleção da mão-de-obra; a contratação de trabalhadores de outros municípios e/ou regiões e seu impacto sobre o emprego local.

No que se refere ao emprego infantil, os agenciadores afirmam que as empresas não estão mais aceitando contratar menores de 14 anos de idade. Daí observar-se uma diminuição da contratação de mão-de-obra nessa faixa etária. Isso não quer dizer que essa mão-de-obra não é mais contratada pelos outros segmentos do patronato.

“(...) nós encontra garoto até de dez anos bom de enxada. Trabalha igualmente um homem. Agora que nós num pode forçar ele, porque um garoto com 11 ano, 12 ano, nós num pode apertar ele, às vezes ele trabalha tanto, que nós mesmo manda parar. As vez já cortou cana, menino assim, cortando mais o pai, no final, assim na hora do almoço, na hora da sentada, dez horas onze horas, eu fazia até um pedido ao pai dele, quantos anos tem esse menino seu Antônio ou seu José? Tem dez ano ou onze ano, não merece forçar esse menino assim não. O menino olha tá indo igual com o Sr., com o mesmo total, quer dizer que o caba, o menino de doze ano abaixo, 13 a 12 ano tá meio fraco e o de 14 já tá com o sucozinho, que pode até ter um apertozinho no trabalho” (depoimento do Sr. José Valentim, empreiteiro de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

O número de trabalhadores de mais de 14 anos engajados no processo produtivo agrícola é maior e tem crescido.

“O número de menores de 14 anos na atividade canavieira, eu acho que tá aumentando porque 14 ano tá sendo um nascimento de trabalho. Quer dizer que o nascimento dele já foi o passado, mais ele com 14, 15, 16, 17 anos, ele tá nascendo, o momento dele... aí tem que entrar assim com trabalho de verdadeiro, porque quando ele se formar de 17, 18 ano, ele tá sabendo que trabalhar é bom,

como é bom, o cabra ter dinheiro no bolso, ter objeto. E ninguém ali, olha diz, não aquele rapaz, aquele senhor é novo, mais olha, é bem controlado(...) olha, que o cabra novo, trabalha e ganha, tem o salário dele. Ele compra uma bicicleta, ou se gostar de um cavalo, (...) compra uma bezerra, uma vaquinha, vai criando, aí todo mundo vê aquilo, fulano é um cabra novo olha, o filho de seu fulano, mais é inteligente olha, trabalha, começou trabalhar cedo. Olha como tá, é uma vaquinha, um cavalo, um negócio, ou mesmo uma bicicleta nova, quer dizer que aí, quando ele se formar de 17, 18 ano, aí ele já tá sabendo a idéia como é” (depoimento do Sr. José Valentim, empreiteiro de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

Já o trabalho feminino, que muito se expandiu durante a fase áurea do Proalcool, retraiu-se durante a crise.

“o emprego pra mulher na parte da cana diminuiu muito. É muito pouca mulher que se encontra trabalhando na cana e há uns tempo atrás, há 4, 5 ano atrás era muita mulher, era 70% era mulher trabalhando e hoje, talvez se encontre 10% de mulher trabalhando” (depoimento do Sr. Severino José dos Santos, agenciador do município de Mamanguape).

No que se refere à seleção da mão de obra, os agenciadores confirmam que para o patrão só interessa o trabalhador forte, de elevada capacidade produtiva. Isso também está presente no discurso patronal. Em sua maioria, eles não querem contratar adultos com mais de 50 anos. Isso se reflete no processo de seleção de um grupo pelo agenciador.

“(...) cabra quanto mais desenvolvido prá eles é melhor. Antigamente trabalhava, nós precisava de um cara de 50, 60 ano, pra trabalhar, hoje eles não quer. (...) no tempo passado não existia isso. Às vezes, tinha patrão que só queria cabra velho, que já sabia que era de raça e de vergonha e positivo, agora não querem. Quer dizer que o velho tá perdido, praticamente aonde chegar. Tem cara que nem quer nem saber, não eu não vou pegar uma sucata, aquilo tá morto, aquilo já trabalhou, aquilo já deu... Cabra novo, tem força, é isso. (...) Olha, tem usina hoje que o cara passou de 40 ano eles num querem mais não, até a Japungu falou isso. Porque o cara de 40 ano pra lá, não tem mais lógica, num tem mais poder, tá acabado, tá cansado...” (depoimento do Sr. José Valentim, empreiteiro de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

“a vontade do patrão, do fazendeiro é querer trabalhador desenvolvido, trabalhador que dê produção. Trabalhador improdutivo eles num gosta não, nem um patrão gosta não, num aceita não” (depoimento do Sr. Severino José dos Santos, agenciador de canavieiro do município de Mamanguape).

“Agora com uma economia dirigida, eu acho que o setor sucro-alcooleiro em todo canto do mundo ele é dirigido e organizado, ele tem uma contenção de produção para não abalar os preços. Então tudo isso é uma cesta de custo. O que nós tentamos incurrir na cabeça do nosso trabalhador é que ele aumente a produtividade dele como nós também estamos tentando a nossa, que a jornada de trabalho dele seja mais produtiva, que com isso ganhará todos nós” (depoimento de Antonio Celso, presidente da ASPLAN-PB em 1997).

As alternativas encontradas pelos excluídos do processo cada vez mais seletivo de mão-de-obra para a atividade canavieira e dos desempregados da cana de uma forma geral, segundo os empreiteiros, são: o biscate, o trabalho doméstico (no caso das mulheres), a aposentadoria, para os velhos, e, quando nada conseguem, a ocupação de terras em busca de um roçado para trabalhar com a família.

“A saída vai ser esse caso de expropriar terra. Aí tem muito fazendeiro que antigamente não dava uma área, prá se trabalhar, um roçado. Tão indo tocar roçado (...) acontece o que tá acontecendo aí na Santana, Boa Vista, que já entrou no rolo e outras e outras e a turma tá dentro. Toda semana vem, todo mês vem a feira e o governo é quem tá segurando; (...) não é como era antigamente, era tudo parado não existia isso. Quando a turma parava, ficava tudo se maldizendo, chorando de um para o outro e agora não, agora a turma pode até fazer um grupo, um grupinho prá ir..., por que tem o comer né? O governo manda todo mês, manda feirinha, feijão, fubá, prá os acampamentos sabe? Prá turma da invasão” (depoimento do Sr. José Valentim, de Sapé. Cruz do Espírito Santo, junho, 1997).

“A maioria desse pessoal que tá desempregado, é aí pelo meio da rua, pegando uma coisa, pegando outra. Uns trabalha na prefeitura, outros trabalha um dia aqui, trabalha um dia acolá, trabalha numa pedreira um negócio, é muita gente desempregada (...) é tudo assim, tudo parado. É muita gente desempregada aqui em Mamanguape. (...) Mulher que num trabalha na cana, sendo casada fica só em casa e solteira, arruma uma lavagem de roupa, um negócio, biscaite fora. (...) Os velho é só do aposento mesmo, os que são aposentado vive só do

aposento” (depoimento do Sr. Severino José dos Santos, agenciador de canavieiro do município de Mamanguape).

Do exposto, fica evidente que, para os representantes da classe patronal e de seus prepostos (os agenciadores), a crise do Proalcool teve sérias repercussões sobre o emprego rural na região canavieira do Estado. Interessante notar que à medida que aumenta o contingente relativo da população trabalhadora, intensifica-se o caráter seletivo da demanda do trabalho: os velhos, as mulheres, os fracos são rejeitados, acentuando-se o processo de exclusão social. Para essa parcela da população tornada desocupada a alternativa que se apresenta é a subocupação no comércio de mercadorias e prestação de serviços pessoais.

2.2 - Visão da crise segundo os trabalhadores

Para os trabalhadores entrevistados, o Proalcool, desde seu nascimento, trouxe em seu bojo o desemprego. Na fase de expansão, provocou a expulsão dos trabalhadores-moradores para a periferia das cidades, retirando-lhes o acesso à terra. Com a crise, parte desses trabalhadores, transformados em bóia-fria, engrossa o cordão dos desempregados que só encontram atividades no máximo de 3 a 4 meses por ano.

“(...) quando o pessoal era morador, certo, eles eram obrigados a manter aquele pessoal. Só que com essa questão do Proalcool mais de 50% das família que moravam na fazenda foram expulsas com a questão de plantar cana. Inclusive lá onde eu nasci e saí de lá com 7 anos de idade, só num ano foram expulsas 65 famílias por causa que era os terrenos que era pra plantar cana. Então eu acredito que aumentou o desemprego com o Proalcool . (...) hoje o pessoal, a maioria mora na cidade, na periferia. Onde muita gente diz que a cidade cresceu, eu não digo que ela cresceu, digo que ela inchou. Ela teria crescido se todo mundo tivesse seu emprego e seu salário digno para sobreviver. Mas acontece que o pessoal que morava no sítio, como eu frisei antes, esse pessoal eles tinham uma batata, tinha alguma coisa que gerava ali na família para se alimentar e hoje eles tão obrigado a sair em cima de um caminhão de madrugada para cortar cana ou plantar cana nas Usinas e quanto a isso que só tem trabalho na época quando tem serviço. Por exemplo só tem serviço hoje no plantio de cana um mês, dois mês no corte de cana. Trabalha mais ou menos 3, 4 meses então a pessoa fica desempregada nesse outro período. Isso quando encontra serviço

que com a crise tá cada dia mais difícil” (depoimento de João Antônio Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sapé. Sapé, 1997).

“Com a crise tem aumentado o desemprego porque quem trabalhava com 200 trabalhador tá trabalhando com 100, e quem trabalhava com 10, tem 5, quem fazia com 5 tá tentando fazer com a família. Então isso jogou muito trabalhador na rua” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

Os trabalhadores referem-se também com muita veemência às mudanças nos processos e nas técnicas de produção da cana-de-açúcar como elemento agravante do desemprego na região.

“(…) com o veneno, tá diminuindo a mão-de-obra dos canavieiro” (depoimento de José Gouveia, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo)

“O trabalhador já foi descartado com a colocação de herbicida, do veneno. Aí vem depois a carregadeira, que eles leva ao desemprego. E tem a questão (...) da queimagem de cana. A queimagem da cana, ela tira muito emprego de trabalhador canavieiro, tanto é ruim pro lado da gente, porque tá queimando o solo e tá entrando muito passarinho em extinção, animais que onde queima, passa por cima de tudo. Enquanto os IBAMA aí tão preocupado com um ou outro passarinho que tã na gaiola, o cabra chega e queima milhares. A questão dos herbicidas que eles coloca tira muito emprego. A máquina cada vez mais tá expandindo e na queimagem da cana no meu ponto de vista, eu acho que é errado demais” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

Os representantes do movimento sindical chamam a atenção ainda para um outro agravante do desemprego em nível local: a contratação de trabalhadores de fora (de outras regiões do Estado e de outros Estados) para trabalharem em regime de alojamento. Esse trabalhadores, trazidos para o interior das propriedades das usinas são, em geral, desempregados em seu local de origem. O trabalho na cana é uma garantia última de sobrevivência e a perda do emprego significa mais fome e mais miséria. Dessa forma eles se constituem em mão-de-obra mais fácil de controlar e de submeter. Para garantir-se no emprego, em geral temporário, eles sujeitam-se às exigências do cabo de turma e embora percebam remuneração

relativa a uma tarefa de cana cortada, a quantidade que cortam é muitas vezes o dobro da estipulada no dissídio. Além disso, os trabalhadores de galpão são orientados para não se envolver com os Sindicatos sob ameaça de demissão. Daí não fazerem denúncias e se recusarem a entrar em contato com sua entidade de classe. Essa população de trabalhadores migrantes vem retirando o emprego dos pais de família locais, mais engajados na luta sindical e mais exigentes quanto a salários e direitos.

“(...) muitas vezes o produtor, ele acha melhor, embora ele dê um transporte com ônibus do outro Estado prá cá, e que leve todo dia às vezes até leva de tarde prá não trabalhar com o pessoal daqui do município. Por quê? Porque aqui, o trabalhador saindo aqui da cidade prá região nossa aqui, se ele não se agrada do preço ele volta de pé prá casa e não vai mais e esses trabalhador que vem, vamos supor, de Goianinha, que vem lá de Serra de São Bento, Nova Cruz, se ele vir prá qui, mesmo se ele não gostar ele é obrigado a trabalhar e como é que ele vai voltar de pé? E aí o chefe deles que é um carrasco já diz logo: Aquele que não aceitar, nem comer aqui come mais, nem dorme, nem vai no caminhão, então ele é obrigado a aceitar aquele regime deles prá poder então ter condições de voltar. E muitas das vezes, em vez de voltar no mesmo dia, fica a semana inteira. Ele fica subordinado às condições oferecidas pelo empregador” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

“(...) o problema principal era primeiro era a vinda do pessoal que vinha de fora com a mão-de-obra de fora que tomava todo o trabalho do pessoal daqui e tava inchando. A gente olhava o município tinha muito trabalhador e quando a gente ia fazer uma Assembléia que procurava o pessoal de Santa Rita ... quase não tinha” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

Em relação ao emprego feminino, observa-se que as mulheres além de constituírem um número bem menor no conjunto da mão-de-obra contratada com carteira assinada, foram as que mais perderam o emprego no período em estudo. Quanto maiores as dificuldades do setor, mais seletivo ele se torna. Assim, nessa fase de crise, a preferência por homens jovens e fortes com maior capacidade produtiva, tem contribuído para diminuir significativamente a contratação de mão-de-obra feminina, sobretudo para a tarefa de corte da cana. Alguns entrevistados chegam a

afirmar inclusive que quase não se vê mais mulheres na atividade de colheita da cana; que os empreiteiros, quando contratam mulheres, já têm uma tarefa “maneira” para elas como cozinhar (em geral o almoço/prêmio para os trabalhadores que conseguem maior produtividade) e/ou distribuir água entre os trabalhadores, ou trabalho na adubação.

“Regra geral os homens são mais rápidos para complementar as tarefas do que as mulheres. Elas são mais escolhidas para serviços mais maneiros como a aplicação de adubo. Aí os homens consideram elas mais jeitosas” (depoimento do Sr. José Félix da Silva, Secretário do STRs de Santa Rita. Santa Rita, 1996).

“(...) a mulher tá sendo rejeitada. É tanto que a gente não tem 20% da mão-de-obra mulher no campo, porque ela prá eles, ela traz muitos problemas. É a discriminação. Quando a mulher procura o emprego e pergunta logo se ela já operou-se, se ainda vai ter filho. Então quer dizer que é uma coisa muito terrível. Tem muita mãe de família aqui que trabalhava, os ônibus era cheio, os caminhão era cheio, mas as senhoras, aí, não tão trabalhando mais no campo, só tá trabalhando mais homem. Esse é um prejuízo muito grande, a gente até tá garantindo que na convenção coletiva desse ano fique garantido nesse acordo coletivo, junto a eles uma quantidade X de mulher em cada propriedade, prá ver se a gente consegue então mudar esse pensamento dos produtores” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

“(...) na hora que começou a diminuição do emprego, então eles foram oprimido pela mão-de-obra do homem e eu acho que afetou nessa linha aí. (...) Na hora que eles dizem - Vou precisar de 100 pessoas prá trabalhar- eles pegam 100 homens e não pegam mulher, visando mais a força do homem” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

“(...) as mulher só trabalha na questão de adubação e plantio, mas mesmo assim hoje é difícil até se ver uma mulher trabalhando na área canavieira. É muito pouco. Já teve anos atrás que as mulheres eram mais ou menos 40% que se apresentava no plantio de cana, na adubação e hoje a gente vê que quem faz tudo isso é os homens. (...) Mais ou menos uns 5 anos, 5 anos é que a mão-de-obra das mulheres caíram mais de 30%” (depoimento de João Antônio Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sapé. Sapé, 1997).

Os efeitos perversos da crise sobre o emprego feminino são agravados quando somados aos efeitos da legislação que ampliou os direitos da mulher quanto à maternidade (licença maternidade de 4 meses, direito a horário para amamentação, etc.).

“(...) depois que teve as leis materna, das mulher, então muitas usina tinha muita mulher trabalhando, mas foi passando o tempo, depois que saiu essa lei, simplesmente as mulher foram saindo e não foram mais colocando mulher, não querem. Antes tinha 10, 15 mulher trabalhando junto com homem, trabalhando junto e toda usina tinha 70, 80 mulher. Hoje em Santa Rita, ainda tem umas 20 trabalhando (...) não chega à 2% da mão-de-obra masculina” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

“(...) quando vem a questão do salário maternidade, então os proprietário no caso, não aceita muito a questão da mulher com a questão da maternidade passar 4 meses afastada. É tanto, quando vai empregar uma mulher, vai saber se é ligada. Inclusive nós tem até ação na justiça por causa disso, né. Pessoas que tava gestante, tudinho, e foi demitida, a gente entrou na justiça, nós tem até caso na justiça disso aí (...)” (depoimento de João Antônio Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sapé. Sapé, 1997).

“(...) nós temos conhecimento disso, até mesmo quando vai pedir emprego, se descobrir que ela está grávida não aceita. Isso é uma gravidade, se for trabalhar e tiver grávida, a primeira coisa, ela volta chorando mais eles não pega. (...) é porque prá ele é um prejuízo, porque se ele tem 50 mulher grávida e cada uma tem que ficar 3 meses em casa, prá ele somando é grande né? Isso aí prá eles, eles não querem” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

Essa exclusão cada vez maior da mulher na atividade canavieira, está também relacionada tanto à visão que os empregadores e os próprios representantes da classe trabalhadora têm da mulher, como um ser frágil, incapaz de executar certas tarefas como à percepção que têm de que no processo produtivo deve haver uma distribuição sexual do trabalho, cabendo às mulheres tarefas “manceiras”, compatíveis com sua condição feminina e aos homens, os trabalhos mais pesados. Alguns trabalhadores ainda acreditam que a mulher devia ser poupada no trabalho porque ela enfrenta uma segunda jornada em casa o que não ocorre com o homem e que a ausência de creche para os filhos também contribui para afastar as mulheres do

mercado de trabalho. Essas diferentes visões da questão estão contidas nos depoimentos abaixo:

“(...) Na atividade canavieira a mulher desempenha as tarefas tão bem e até melhor do que o homem. A gente vê nos envelopes de pagamento. Tem muito empreiteiro que até apresenta prá gente, no final da semana no seu pagamento, uma produção maior do que a do homem tá certo? Isso mesmo no corte. Num é todas, né! Porque também no campo se seleciona os homens prá trabalhar, eu tenho certeza que vamos encontrar homens aí que é uma fera né? Tem pessoas, tem homens que vai prá lá e não consegue produzir nem um salário, mas tem outros que consegue manter 2, 3 salário todo dia né! Eles consegue fazer além do salário na produção deles. (...) se não houvesse a discriminação seria melhor. Mas a mulher por ser mulher, muitas das vezes ela produz mais do que o homem e por ser mulher ela ganha menos. (...) sempre tem a discriminação de ganhar menos porque é mulher, embora teja fazendo o que o homem tá fazendo” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

“A gente começou ver que antes era muita gente, muita mulher no campo, e hoje não é mais porque os filhos atrasa ela ir pro serviço e ela tem que chegar mais cedo prá tomar conta da casa e aí muitas delas podia estar no campo hoje, mas nem tá porque não tem uma creche prá receber os filhos, porque se tivesse uma creche, se se planejasse alguma coisa aonde pudesse deixar o filho, ela podia então continuar no seu serviço. Muita criança passa fome por conta disso” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

“(...) o trabalho de cana não é um trabalho eficiente prá mulher não (...) é um trabalho muito grosseiro, um serviço muito acidentado né? Uma mulher com uma enxada, um facão (...). é um serviço muito grosseiro prá ela” (depoimento de José Gouveia, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo)

“(...) tem trabalho na cana que eu acho necessário a mulher trabalhar, agora tem outro que eu acho que não é necessário. (...) a mulher tá trabalhando, a gente tá vendo que ela tá fazendo o maior esforço mas que poderia estar em outra atividade mais maneira. Eu acho que deveria ter um trabalho aonde ela trabalhasse e tivesse a mesma condição de trabalho do homem, mas que fosse um trabalho mais maneiro (...) a São João um tempo tava botando o pessoal

prá trabalhar no atoleiro da lama. Eu acho que ali não é um lugar ideal prá mulher tá trabalhando porque se tem o homem que tem a condição de esforço, de trabalho não era prá tá a mulher. Porque a mulher a gente vê que a mulher tá trabalhando aqui, tá pensando nos filhos em casa, tá pensando de quando chegar lavar uma roupa. Quando não tem um filho grande ou uma filha, lava a roupa e também cuida da janta, até do almoço do outro dia, café (...). Então essa situação prá ela eu acho que deveria ser assim: tem o direito de trabalhar eu acho que tem, tem uma tarefa, mas ela não tem só aquele trabalho, ela tem todo trabalho quando chega em casa. O homem, o homem largou do serviço, chega toma um banho vai prá casa dos amigos fica lá, não quer nem saber. A mulher não, é diferente, mesmo que ela tenha outra pessoa prá fazer, mas ela tem a preocupação que é o filho, uma coisa e outra. Então eu acho que deveria ter um trabalho, um serviço específico. (...) Planta de cana é um trabalho maneiro? É. Então mulher vai fazer. Limpa de mato, tem canto que é maneiro? Tem. Mulher faz. Agora tem canto também que é bom botar os homens porque é um trabalho pesado onde cansa mais acho que deveria ter isso” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

“Tem algumas tarefas que não dá prá elas, por exemplo: o lambaieiro. O lambaieiro, a senhora sabe o que é lambaieiro né? Essa tarefa de lambaieiro prá mulher não tem condições porque é a noite inteira correndo atrás de uma máquina, aí é terrível, não tem como, né? Outra coisa é encher um caminhão na mão. A mulher não pode fazer isso porque não tem como, elas tem menos força né? Então tem que ser, tem que fazer o molho de cana juntinho sem desmanchar no ar, prá cair em cima na mão de quem tá lá em cima arrumando, então são tarefas que ela não pode fazer” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

Quando questionados sobre a participação dessas mulheres no Sindicato para lutar por seu emprego e por seus direitos o que se depreendeu das respostas fornecidas é que atualmente a participação delas é pequena:

“Quem não tem emprego na cana não tem onde buscar e quem tem procura se segurar” (depoimento do Pres. do STRs de Sta. Rita).

O processo mais seletivo da mão-de-obra durante a fase de retração da economia canavieira tem tido um forte rebatimento na população idosa. Idoso aqui en-

tendido como o canavieiro com 50 anos e mais que, por ter-se iniciado muito cedo na atividade laboral pesada e penosa como o corte da cana, encontra-se nessa idade com um desgaste físico muito grande.

“(...) as empresas estão se segurando muito na questão da idade do trabalhador rural. (...). Então, muitas empresas aí elas não querem trabalhador a partir de 50 anos. (...) Eu acho que eles visa muito a questão da mão-de-obra. Prá eles a pessoa de 20 anos, 25 anos, tem a facilidade de render mais que uma pessoa de 50” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

Essa questão assume uma gravidade maior quando se considera que essa mão-de-obra “idosa” entrou no mercado de trabalho na mais tenra idade (muitos com 7, 8 anos de idade), porém, não teve carteira de trabalho assinada ou, se a teve, foi com contratos de curta duração e em tempos esparsos. Quando são excluídos, falta um ou dois anos para completar o tempo de aposentar-se. Isso lhes impede de comprovar tempo de serviço no Ministério do Trabalho o que lhes retira o direito à aposentadoria por tempo de serviço.

Excluídos do processo de trabalho e impedidos de ter acesso a garantia mínima de subsistência via aposentadoria, essa população, quando não se torna dependente de filhos solteiros em idade produtiva, transforma-se em peso para os filhos casados que mal conseguem o suficiente para manter sua unidade familiar, ou, como vem sendo observado e denunciado pelos Sindicatos, vêm-se transformando em mendigos, submetidos à mais absoluta pobreza.

(...) hoje tá sendo difícil aposentar o trabalhador rural canavieiro. Ele trabalhou até 50 anos e por um motivo ou por outro foi despedido. Tá faltando um período prá ele completar um tempo prá se aposentar. Então as empresas vai e não aceita ele trabalhar, não assina a carteira dele. Então ele trabalhou a vida todinha e não conseguiu se aposentar. (...) O cabra trabalha até 50 anos, passa 2 anos com condição de trabalhar, mas simplesmente porque ele tem uma idade avançada e não vai render igual a uma pessoa de 20 anos, então as empresas não tão querendo. E aí ele num consegue se aposentar. É uma preocupação nossa isso aí” (depoimento de Edilson Ribeiro Nunes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita em 1997).

No mais das vezes, o trabalhador é levado a fazer acordo com as empresas que nunca lhe assinaram a carteira de trabalho e com isso acabam por se prejudicar

duplamente. Um exemplo desse fato é dado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape com relação à Usina Monte Alegre, situada no citado município:

(...) eles vão prá Usina, leva os trabalhadores prá Usina e lá faz um acordo de tantos anos. Bota na carteira a entrada dele, vamos supor, em 55 entrou uma pessoa prá trabalhar; fez o acordo agora, ele bota na carteira com data atual a entrada e a saída e carimba e isso não dá direito à aposentadoria dele, quando ele não tem mais saúde, não tem mais condição de fazer nada, fica lá sentado num pilão, num banquinho lá e não tem como se levantar prá arrumar o que comer. E a gente chega no Ministério do Trabalho com isso aí lá no posto do INSS e eles diz: “Isso aí não dá direito prá se aposentar não, vá buscar as folhas de contribuição. Ora, se a Usina nunca contribuiu, e aí, como é que fica? Então o trabalhador tem que pagar? (...) Então é uma coisa terrível porque aí seria uma responsabilidade do Ministério do Trabalho, ou seja, da Previdência Social prá fazer então a fiscalização na Usina prá que elas repassasse prá o INSS a quantidade certa dos trabalhadores e não colocar lá a entrada do trabalhador e a saída e jogar ele na rua. Dali ele vai pedir esmola. Quem vai dar de comer a esse velho?” (depoimento de José João da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mamanguape em 1997).

Convém ressaltar que o discurso dos representantes dos trabalhadores reafirma os mesmos efeitos da crise sobre o mundo do trabalho, isto é, redução acentuada do nível do emprego e exclusão seletiva dos velhos e das mulheres. Por outro lado, os representantes dos trabalhadores avançam na análise dos impactos do desemprego sobre as condições de vida, evidenciando, de modo particular, a tendência à pauperização e à marginalização desses trabalhadores e de seus familiares. Torna-se crítico o problema da velhice.

3 - DEMOCRATIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA: UMA ALTERNATIVA CONSTRUÍDA

Na esteira da crise, a organização dos trabalhadores por meio do MST e da CPT construiu o processo de democratização da propriedade fundiária como alternativa para a absorção do desemprego resultante da crise. A falência das usinas de açúcar tradicionais foi responsável, de um lado, pela perda relativa do poder políti-

co e econômico da aristocracia rural tradicional da zona da cana (os Ribeiro Coutinho e os Fernandes de Lima, no Litoral; e os Lins e os Veloso Borges, no Brejo) e de outro, pelo dismantelamento da economia canavieira pré-moderna com impactos importantes sobre o emprego como foi visto.

Se durante o apogeu do Proalcool verificou-se uma importante resistência camponesa ao processo de expulsão, que resultou na eclosão de inúmeros conflitos de terra na região e deu origem à implantação de vários Projetos de Assentamento, a perda de poder econômico da classe empresarial tradicional e seu endividamento, a falta de alternativa de emprego para assalariados da cana que perderam seus postos de trabalho com a crise, culminaram na multiplicação de casos de ocupação de terras de usinas falidas e de latifúndios canavieiros que acabaram sendo desapropriadas ou adquiridas pelo Incra para fins de reforma agrária.

Não é demais lembrar que perante a crise do setor e a redução do preço das terras decorrente do desaquecimento do mercado imobiliário rural, a desapropriação passa a ser um bom negócio para os antigos proprietários. Não só porque as benfeitorias são pagas em dinheiro, como também porque os Títulos da Dívida Agrária sofrem uma valorização no mercado, uma vez que podem ser utilizados nos processos de privatização das empresas estatais. Essas circunstâncias parecem explicar a “passividade” da classe patronal diante do avanço das desapropriações.

Não fora a crise do setor sucro-alcooleiro do Estado, dificilmente se poderia vislumbrar um avanço tão significativo do processo de desapropriação de terras de zona canavieira do Estado. Do ponto de vista econômico, esse processo seria inviabilizado pelo fato das terras dessa região apresentarem os mais altos preços em relação aos demais espaços paraibanos. Do ponto de vista político, o poder do “grupo da Várzea” estava vinculado intimamente ao monopólio das terras dos principais municípios produtores da cana-de-açúcar. Desse modo, a crise econômica que se abateu sobre o setor, resultando na redução do preço da terra e no endividamento crescente desse grupo que levaria a sua derrocada política, fortaleceria o movimento dos trabalhadores a fim de possibilitar a conquista da terra.

Como pode ser visto na Tabela 2, durante o período em estudo, grande parte das desapropriações realizadas no Estado concentrou-se na zona canavieira e, mais particularmente, nas microrregiões em que estavam instaladas as usinas e destilarias mais fortemente afetadas pela crise, como Sapé, Brejo Paraibano, Litoral Sul. Du-

rante o período em análise, foram instalados 124 assentamentos no Estado, com 7.639 famílias assentadas em uma área de 100.951,81 hectares. Desse total, a zona canavieira concentrou um expressivo número das ações desapropriatórias: 44.617 hectares desapropriados (44%), assentamento de 4.983 famílias (65%) e a instalação de 83 Projetos de Assentamento (67%).

Tabela 2
Zona Canavieira da Paraíba
Área desapropriada, número de famílias assentadas e número de assentamentos instalados, por microrregiões
1985-1998

Meso e Microrregiões	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
<i>Mata Paraíba</i>	25.660,86	3.304	45
Litoral Sul	10.971,53	1.693	22
Litoral Norte	3.914,72	336	6
João Pessoa	1.036,02	110	2
Sapé	9.738,59	1.165	15
<i>Agreste da Borborema</i>	18.956,86	1.679	38
Brejo Paraibano	15.338,78	1.400	31
Guarabira	2.564,50	209	4
Itabaiana	1.003,58	70	3
<i>Total Z. Canavieira</i>	44.617,72	4.983	83
Total do Estado	100.951,81	7.639	124
Z. Canavieira	0,44	0,65	0,67

Fonte: Inkra: Superintendência Regional da Paraíba.

Como é sabido, um bom número desses Projetos de Assentamento foi resultado de um longo período de luta dos trabalhadores contra o processo de expulsão das terras canavieiras e pecuarista/policultoras (MOREIRA, 1997). No entanto, à medida que a crise do setor canavieiro avança multiplicam-se os casos de ocupação de terras e de sua posterior desapropriação. Nesse segundo momento, a presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vai atuar de modo significativo no processo de ocupação de terras pertencentes às usinas ou a fornecedores de cana.

Pode-se citar, como exemplo desse processo, o caso do município de Cruz do Espírito Santo, com mais da metade da sua zona rural transformada em áreas de reforma agrária. Destacam-se ainda os municípios de Sapé, Pedras de Fogo e São Miguel de Taipu, na Zona da Mata (cujas terras agrícolas em sua maioria pertenciam a uma única família de usineiros, a Ribeiro Coutinho), além dos municípios de Areia e Alagoa Grande, no Brejo Paraibano (onde grande parte das terras agrícolas encontrava-se nas mãos seja das famílias de usineiros seja de fornecedores). Parcela significativa das terras pertencentes às Usinas foram desapropriadas ou adquiridas para fins de reforma agrária.

Essa reordenação da estrutura fundiária da zona canavieira certamente pode estar na base do arrefecimento do êxodo rural na região durante a primeira metade dos anos 90. Além disso, alguns desses Projetos de Assentamento resultaram de ocupações de trabalhadores já residentes na zona urbana, o que caracteriza um movimento contrário ao êxodo rural. A instalação de famílias nos Projetos de Assentamento atenua, portanto, a grave crise de emprego por que passa a região canavieira paraibana.

4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto pode-se concluir que a crise vivenciada pela atividade canavieira na Paraíba tem contribuído tanto para aumentar o desemprego na região, como para incrementar o grau de seletividade da mão-de-obra, recaindo os efeitos excludentes não só sobre a população masculina, como também e sobretudo sobre as mulheres e os idosos. No entanto, a estratégia dos patrões para impedir a ação e a fiscalização sindical tem levado à contratação de “trabalhadores de fora”, isto é, de municípios que não pertencem à base territorial dos sindicatos, agravando o desemprego local.

A questão do emprego na zona canavieira paraibana é uma questão séria que não foi ainda devidamente equacionada. Na verdade, seu encaminhamento requer a adoção de políticas direcionadas tanto para a dinamização da agricultura regional, quanto para a geração de emprego e renda nas cidades que abrigam parcela significativa da força de trabalho vinculada ao setor.

Quanto à agricultura, tem-se que parte da área anteriormente ocupada com a cana-de-açúcar destina-se à pastagem. Caso exemplar disso são os municípios de Itabaiana e de São Miguel de Taipu, onde a expansão dessa atividade substituiu

praticamente toda a área dedicada ao plantio da cana-de-açúcar. Por um lado, como é sabido, a pecuária é uma atividade não só pouco absorvedora de mão-de-obra como também apresenta menor nível de geração de renda por hectare, isso tanto em relação à cana quanto em relação à pequena produção. Por outro lado, as alternativas de utilização do solo além da pecuária apresentam-se bastante tímidas. É bem verdade que são encontradas algumas áreas de fruticultura irrigada, sobretudo de abacaxi e de acerola. No entanto, ainda são áreas bastante limitadas tanto em número quanto em extensão, de modo que seu impacto sobre a criação de oportunidades de emprego é restrito.

Não é demais lembrar que esse processo de substituição de culturas tem sido inibido também pela irregularidade e escassez pluviométrica que tem afetado a região Nordeste durante a última década do século XX. O fenômeno da seca mostrou-se com tal intensidade que atinge até mesmo a zona da mata. Com efeito, as secas de 93 e de 98/99 ao se abaterem também sobre o litoral não só contribuíram para acentuar a crise da agroindústria sucro-alcooleira como também para frear a expansão da fruticultura e a consolidação da produção familiar “reformada” na zona canavieira.

Em relação à geração de emprego urbano, duas ordens de dificuldades apresentam-se:

a) primeiro, a fragilidade da economia urbana da maioria das cidades situadas na zona canavieira cujas principais fontes de absorção de mão-de-obra são os “pequenos negócios”, a prestação de serviço pessoal e o setor público, particularmente o municipal (TARGINO, 1991). Como parcela importante da força-de-trabalho dessas cidades estava vinculada ao cultivo da cana, a crise afetou de modo marcante o seu nível de ocupação. A título de exemplo, uma estimativa preliminar realizada por técnicos da prefeitura de Pedras de Fogo avaliava que cerca de 800 pessoas encontravam-se desempregadas em outubro de 1998 nas periferias daquela cidade em decorrência do não-funcionamento regular da Agican, destilaria de álcool situada no município;

b) segundo, as administrações municipais até o momento não se mostram politicamente capazes de atuar no campo da geração de emprego, a não ser no tocante ao emprego público municipal. Uma análise das despesas municipais conforme as funções evidencia que os recursos orçamentários municipais são absorvidos quase que integralmente nas funções administrativas, legislativa, educação, saú-

de e previdência. Às funções mais estritamente ligadas com a geração de emprego e renda (agricultura, indústria, comércio, trabalho etc.) são destinados recursos insignificantes tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. O que vale dizer que o poder político local ocupa-se das funções administrativas e, mesmo aquelas ações mais tradicionais como saúde e educação, elas só são reforçadas em virtude do atrelamento a políticas e programas estabelecidos pelo governo federal como no caso do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Programa de Ação Básica (PAB) do Ministério da Saúde.

Do ponto de vista do emprego urbano, portanto, as possibilidades concretas de sua dinamização são remotas, pois a fragilidade da economia urbana é reforçada pela apatia do poder público local em propor e implementar políticas de geração de emprego e renda. É bem verdade que algumas experiências locais têm sido ensaiadas. No entanto, elas ainda são bastante tímidas, sem alcançarem até o presente uma representatividade econômica.

Estima-se que uma retomada do Proalcool poderia representar uma saída ainda que limitada para o problema do emprego regional. Diz-se limitada em virtude de uma série de fatores, entre os quais pode-se destacar: a) no atual quadro econômico nacional e com as atuais diretrizes de política econômica, particularmente as relacionadas ao controle do déficit público, dificilmente o Proalcool seria reativado com o mesmo nível de subsídio e com a mesma disponibilidade de recursos; b) a posição ocupada pelo álcool no início da década de 70, enquanto alternativa energética, encontra-se abalada pela disponibilidade do gás natural, ou seja, não há uma razão premente do ponto de vista macroeconômico para sua retomada, a não ser a dimensão do desemprego gerado pelo setor; c) a qualidade do emprego gerado pela lavoura canavieira é baixa, como já foi exaustivamente demonstrado por diversos trabalhos, seja como remuneração, seja como grau de exploração da força-de-trabalho; e d) o processo recente de mecanização da colheita da cana, etapa do processo produtivo que absorvia o maior contingente de trabalhadores, tem contribuído tanto, ou talvez mais, para a geração do desemprego do setor. Assim, mesmo que a retomada do Programa propiciasse a expansão da área cultivada com a cana-de-açúcar, o impacto sobre o emprego deveria ser bem mais modesto em virtude da mecanização da colheita.

Concretamente, quatro vias podem ser tentadas tendo em vista o equacionamento do emprego na região em discussão: a) recuperação da lavoura canavieira

em um patamar social e ecologicamente viável e responsável; b) adoção de políticas de base fiscal, creditícia e técnica que suportem a expansão da fruticultura irrigada; c) estabelecimento de mecanismos creditícios e de assistência técnica que possibilitem a consolidação da pequena produção familiar reformada e; d) articulação mais estreita entre os poderes municipal e estadual tendo em vista a montagem de uma política mais agressiva de estímulo à pequena produção urbana, para gerar emprego e renda, utilizando para tanto recursos já disponíveis nos bancos oficiais para financiamento de pequenos e micronegócios.

BIBLIOGRAFIA

- GESTAR. *Saúde e trabalho na área rural da Paraíba*. João Pessoa: Gestar/UFPB: Relatório de pesquisa, 1985.
- IENO NETO, G.; BAMAT, T. (Coord.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa. UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- MOREIRA, E. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Universitária, 1998. 896p.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1997, 332p.
- MOREIRA, E. et al. *Crise do Proalcool e emprego rural na zona canavieira da Paraíba*. João Pessoa. Relatório Técnico de Pesquisa/CNPq. 1997. 185p.
- TARGINO, I. et al. *Produção agrícola e mortalidade infantil*. João Pessoa: Relatório Técnico de Pesquisa, CNPq, 1991
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. Proalcool, emprego e meio ambiente. In: *Anais... Encontro Nacional de Estudos da População*. Brasília, 1992.
- VARELA, F. de A. *Reforma agrária: da questão histórica à implantação dos assentamentos rurais na Paraíba*. Mestrado em Economia. João Pessoa, 1998.